

Os gaúchos e a perspectiva nacional: das fazendas ao Catete

Pedro Cezar Dutra Fonseca

Existe um consenso entre os analistas ao demarcar linhas básicas das mudanças ocorridas no Brasil a partir de 1930. A produção industrial expandiu-se significativamente (11,2% de taxa de crescimento anual no período 1933-39), a cifras superiores às da agricultura, e principalmente às da agricultura de exportação; deu-se início ao “modelo substitutivo de importações”, que norteou os rumos da economia brasileira até o final dos anos 70. O Brasil, em curto espaço de tempo, deixou de ser um país nitidamente agroexportador para direcionar sua produção para o mercado interno. A população urbana gradualmente foi ocupando o espaço, em termos relativos, da população rural. Difundiram-se o trabalho assalariado, as reivindicações sociais e as organizações classistas e partidárias. Em todas suas instâncias, a sociedade complexificou-se, e cabe aos analistas discutir o alcance, a extensão e o sentido das mudanças — não sua existência.

Por outro lado, parece evidente o peso das elites gaúchas na configuração de tal processo. Trata-se não apenas de Vargas, cuja figura centraliza e personifica o poder e o Estado a partir de 1930, mas da presença de nomes do Rio Grande do Sul nos vários escalões do governo e demais esferas de poder. Só no primeiro ministério após a “Revolução”, há três gaúchos: Assis Brasil (Agricultura), Osvaldo Aranha (Justiça) e Lindolfo Collor (Trabalho, Indústria e Comércio). Este fato é ainda mais significativo quando se tem presente o papel que o Estado desempenhou ao imprimir o sentido das mudanças assinaladas anteriormente. Seja pela política econômica — monetária, cambial, fiscal, salarial —, seja pelo autoritarismo que direciona resultados políticos e decisões institucionais, o Estado do pós-30 exerceu um intervencionismo não apenas econômico, mas no sentido amplo, reformando a educação, incentivando certas manifestações culturais, delineando o caráter legal (e ilegal) do conflito capital/trabalho e “bancando” duas constituições, de 1934 e 1937. ...

Dentre as várias questões emergentes da análise histórica deste período, uma delas é a de como se pode explicar o papel relevante de uma elite periférica, a do Rio Grande do Sul, ao configurar-se como um dos principais agentes de mudanças de tal vulto. A idéia de um Rio Grande do Sul relativamente atrasado — compare-se o peso da pecuária e da agricultura colonial, decisivos no Estado, com o da já forte indústria paulista — parece não colabo-

Pedro Fonseca é professor de Economia na UFRGS.

rar para referendar a tese de uma elite modernizadora, industrializante e ativa, “apta e disposta” à conquista do poder federal. Ao contrário, as análises frisam, via de regra, o caráter arcaico da produção das fazendas e a mentalidade não menos retrógrada de seus latifundiários; e a incapacidade de os pequenos proprietários, sejam industriais, comerciantes ou agricultores da colônia, organizarem-se de forma independente do poder dominante na República Velha — enfim de encamparem um projeto alternativo. A impotência, a fraqueza e o atraso presentes nos estudos de cunho regional chocam-se com a força e o caráter modernizante dos gaúchos ao nível nacional. A pergunta mais imediata que capta este fenômeno indaga como Vargas, um médio fazendeiro de São Borja, pôde ser o Chefe deste Estado industrializante. Boa parte dos estudos sobre os anos 30 mostra que se tratou de uma “revolução pelo alto” ou “estado de compromisso”, ou seja, que na ausência de uma classe ou grupo hegemônico na sociedade o Estado e o grupo dirigente passaram a gozar de certa autonomia e, com apoio cooptado de diversos segmentos da sociedade, como os militares, os intelectuais e o próprio empresariado industrial, direcionaram esforços na construção da industrialização. Neste sentido, a Revolução de 30 não foi burguesa nem em suas intenções nem nos agentes que dela participaram, mas nos seus resultados e desdobramentos. Não se trata aqui de criticar de todo esta abordagem, mas de alertar para o fato de que ela deixa em aberto as razões e as motivações de as elites gaúchas tomarem a dianteira deste conjunto de profundas modificações na economia e na sociedade brasileiras.

★ ★ ★

Para desvendar tal questão, é preciso em primeiro lugar deixar claro que a perspectiva nacional como caminho para a solução dos problemas regionais aparece no Rio Grande do Sul muito antes de 1930. Já na Revolução Federalista de 1893 os “maragatos” denunciavam a excessiva descentralização consagrada pela Constituição Republicana de 1891, a qual asseveravam ter instalado um “confederacionismo” e não um federalismo. Entendiam, e com boa dose de razão, que a República diminuía a influência das oligarquias regionais no centro do poder federal e, por isso, defendiam fórmula semelhante à do Império: um estado mais centralizado com parlamentarismo e um quadro institucional mais aberto aos reclamos regionais, que forçava uma partilha mais equânime do poder federal com as elites periféricas. Para a pecuária e as charqueadas isso era fatal, pois o mercado consumidor de seus produtos era o centro do País, sem contar as recorrentes situações em que o protecionismo fazia-se necessário para enfrentar a concorrência platina.

Com a ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) ao poder, com Júlio de Castilhos e, após, com Borges de Medeiros, a perspectiva regional predominou sobre a nacional, em consonância com o quadro institucional republicano. A ditadura positivista emprestava peculiaridade ao situacionismo gaúcho frente aos outros partidos republicanos estaduais, e a proposta econô-

mica implementada por Borges de Medeiros deu-se no sentido de diversificar a economia, substituindo o predomínio pecuário-charqueador pela policultura e pelo incentivo ao comércio e à indústria. Nas primeiras décadas da República isso significou um quase afastamento no Rio Grande do Sul da política nacional, onde só se destacava a figura de Pinheiro Machado.

Entretanto, à medida que o plano político e econômico do PRR ia dando resultado — consolidava-se o governo, e a diversificação da economia firmava-se diante da estagnação da pecuária e das charqueadas — impunha-se a volta da perspectiva nacional. De fato, já a partir da Primeira Guerra Mundial a economia colonial deixava de ser estritamente “colonial” para transformar-se em capitalista, e cresciam as exportações de produtos agrícolas e industriais para o centro do País. Com isso, a economia gaúcha como um todo passava a enfrentar dilema semelhante ao da pecuária: conquistar o mercado nacional e, politicamente, compartilhar com mais efetividade do poder federal. A nova geração republicana — Vargas, Lindolfo Collor, Osvaldo Aranha — passou a liderar no PRR propostas no sentido de fortalecer as bancadas gaúchas na Câmara e no Senado, eles próprios candidatando-se a cargos federais em detrimento dos regionais.

Se a perspectiva nacional tanto dos maragatos como de parte do PRR remonta à República Velha, não há dúvida de que a formação da Aliança Liberal e a Revolução de 30 abriram espaço para que tais propostas fossem efetivadas. A perda de espaço do “regionalismo” de Borges de Medeiros ocorreu concomitantemente à união estadual entre oposição e PRR na formação de uma chapa para concorrer à Presidência da República, com a hegemonia, no partido governista, da nova geração republicana.

Por que esta elite gaúcha, ao assumir com outros setores o Estado Nacional em 1930, encampou propostas industrializantes, se oriunda de vínculos estreitos com o setor primário? Não se trata, ao responder tal indagação, de assinalar apenas que o poder nacional não foi exclusivo dos gaúchos e que a crise da agroexportação deixava como uma das únicas alternativas de romper a estagnação econômica o fomento à industrialização e ao mercado interno. Esta opção, à luz dos documentos da época, não foi obra do acaso nem feita sem consciência: a defesa enfática da indústria, da legislação trabalhista (mesmo atrelada) e da reforma educacional profissionalizante de Francisco Campos permeou o discurso dos gaúchos no Rio de Janeiro.

Por outro lado, ao analisar-se a questão “elites vinculadas ao setor primário” versus “caráter industrializante do Estado após 1930” é preciso ter-se em mente que a Revolução de 30 não foi “burguesa” apenas em seus desdobramentos e conseqüências, mas em suas propostas e nos próprios agentes que dela participaram. Quer-se com isso assinalar que burguesia não se reduz à burguesia industrial, e desta classe também participam os setores agrários e comerciais capitalistas. Se em São Paulo o empresário industrial fechou questão no nome de Júlio Prestes, candidato do situacionismo, no Rio Grande do Sul e nos demais estados aliancistas este setor apoiou a chapa

Vargas-João Pessoa. Nem poderia ser diferente dentro dos quadros institucionais e políticos da República Velha, quando os PRs de cada estado fugiam a uma determinação classista estrita, tendendo a congregar todas as frações empresariais — agrárias, comerciais e industriais.

Se esta situação de poder pode-se denominar de oligárquica, como é tradicional na literatura, é preciso ter em mente que “oligarquia” não é classe social, mas uma relação de comportamento político entre os que dela participam e os que dela são excluídos. Uma situação oligárquica de poder pode ocorrer independentemente das classes ou grupos sociais que nela estão representados. Neste sentido, a consagrada expressão “oligarquias rurais” faz crer que as oligarquias da República Velha são eminentemente agrárias, quando, na verdade, dela participaram, por exemplo, comerciantes e industriais — os quais, em linhas gerais, foram ganhando espaço dentro dos PRs mais importantes do País à medida que se aproximavam os anos 30, às vezes, inclusive, colocando em xeque a hegemonia dos setores tradicionais com mais vínculos ao setor primário (como São Paulo e o próprio Rio Grande do Sul).

Por isso não há anomalia nenhuma no fato de os gaúchos participarem na formação da Aliança Liberal e no governo modernizante após 1930. Não se tratava de fazendeiros “retrógrados” nem de colonos agrícolas de produção familiar: antes, de segmentos capitalistas regionais que, juntamente com comerciantes e industriais gaúchos e de outros estados aliancistas, uniram-se numa causa comum contra o setor exportador cafeeiro (dividindo este mesmo, como demonstra a participação do Partido Democrático de São Paulo na Aliança Liberal).

Evidentemente, foge do escopo deste artigo analisar todas as relações entre economia e política presentes desde a formação da Aliança liberal até o final do governo Vargas,* libertando-se do simplismo que muitas vezes marca as análises centradas nas relações entre classes sociais sem considerar os meandros do processo político. Mesmo assim, para responder à questão proposta, inicialmente, de forma mais adequada, é preciso ainda chamar atenção para o fato de que as análises que polarizam os conflitos de interesses entre setores agrários e empresários industriais — subjacentes às teses que não entendem por que os gaúchos possuíam uma perspectiva nacional de busca de poder — não conseguem dar conta de especificidades importantes do processo histórico brasileiro ao longo do século 20.

Eventuais desavenças e conflitos entre ambos não escondem, como é sabido, raízes comuns, nem motivações de curto prazo para ensejar composições políticas. Mesmo Roberto Simonsen, considerado dos líderes industriais o mais esclarecido, na década de 40 ainda ponderava que o Brasil era uma nação de vocação agrária. Quero chamar a atenção, todavia, para algo mais pragmático, mas que esteve consciente em segmentos da elite agrária, em espe-

*Veja-se: Fonseca, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

cial no Rio Grande do Sul: a idéia de que a industrialização era a saída para as crises recorrentes do setor primário. A indústria era vista tanto como fonte de demanda para os produtos primários, ao incentivar o mercado consumidor interno e ao comprar matérias-primas, como fornecedora de insumos, estes necessários para aumentar a produtividade do setor primário, beneficiando-o na concorrência. Vale lembrar, neste sentido, o empenho dos fazendeiros e do governo gaúchos para a instalação de frigoríficos no Rio Grande do Sul. Como consequência, a urbanização, a abertura e melhoria de estradas e portos, a eletrificação e a produção interna de adubos, vacinas animais e até de máquinas agrícolas eram vistas como necessárias para o desenvolvimento do setor primário; a crise dos anos 30, por seu turno, difundiria a consciência de que as adversidades internacionais e as flutuações bruscas da taxa cambial limitavam as perspectivas dos próprios agrários.

Isso não significa que o setor agrário nacional como um todo tenha se identificado com o governo Vargas nas décadas de 30 e 40. Certos segmentos seus ainda vinculavam-se ao liberalismo econômico (futuras bases da UDN e PL), mas grande parte cerrou fileiras em torno do governo e na defesa da substituição de importações (participando do PSD e do PTB). Esta participação num Estado nitidamente industrializante não é resultado apenas da cooptação e da habilidade política de Vargas, mas também fruto de um projeto para o setor, mais ou menos consciente. A industrialização acelerada promovida pelo Estado por certo feria alguns interesses imediatos do setor primário, mas acenava com modernização, desenvolvimento, ampliação de mercado e produtividade. Portanto, não há nada de estranho em Vargas e seus coevos gaúchos terem estado à frente do Estado Nacional após 1930.